



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007752-69.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Pagamento em Consignação**
 Requerente: **LUIS CARLOS RODRIGUES**
 Requerido: **BANCO DO BRASIL SA**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Tempestivos os Embargos Declaratórios de fls. 120/121. Quando da prolação da sentença de fls. 115/117, este Juízo não identificou os comprovantes dos pagamentos das prestações do financiamento dos meses de maio (fl. 40) e junho/14 (fl. 38). Agora, graças à insistência do autor foi possível apurar ter ocorrido tempestivo pagamento de cada uma das referidas prestações. O réu sustentou a fl. 70 que a autora não tinha pago as prestações vencidas em maio, junho e julho/14, motivo pelo qual dela exigiu o pagamento do valor correspondente a essas três prestações, confirmando assim a tese da autora de que o réu dela exigira valor muito superior ao da prestação vencida em julho/14.

A autora efetuou os depósitos de fls. 52, 54 e 66, para atender, respectivamente, a prestação de julho/14, as prestações de agosto e setembro/14, bem como a de outubro/14. Pelo fato do réu ter exigido da autora valor muito superior ao efetivamente por ela devido, o réu quem incidira em mora, dando ensejo à iniciativa da autora para o exercício da pretensão deduzida na inicial. Os valores depositados atendem suficientemente os das prestações vencidas em julho, agosto, setembro e outubro/14.

Portanto, estes Embargos Declaratórios são conhecidos e providos com a indispensável infringência em relação ao julgado de fl. 115/117. Por consequência, **JULGO PROCEDENTE a ação** para reconhecer que os depósitos judiciais efetuados pela autora foram completos e satisfizeram as dívidas vencidas em julho, agosto, setembro e outubro/14, ora extintas. Autorizo a autora a prosseguir depositando tempestivamente os valores das parcelas subsequentes, até a extinção da fase de execução do julgado. Se houver recurso, ainda assim será dado à autora continuar efetuando esses depósitos. Condene o réu a pagar à autora, 15% do valor dos depósitos já efetuados e sobre aqueles que forem sendo providenciados no curso da lide, além



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

das custas processuais finais. Depois do trânsito em julgado, os depósitos atenderão aos ônus da sucumbência e a sobre será levantada pelo réu.

P. R. I.

São Carlos, 08 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**